



DESVELAR DA FEMINILIDADE – A CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE

UNBUNDLING OF FEMININITY – THE CONSTRUCTION OF OTHERNESS

Jacson Leal da Silva

Advogado. Mestrando em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Linha de pesquisa: Gestão Social, Direitos Humanos e Acesso à Justiça. Grupo de Pesquisa no CNPq: Direitos Humanos, Ambiente e Interculturalidade. *E-mail*: jacksonsl@hotmail.com.

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger

Possui graduação em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1995), mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2000) e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2003). Pós-doutorado em Direito pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Foi professora do mestrado em desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ e do Mestrado em Direito Ambiental da Universidade de Caxias do Sul - UCS. Atualmente é professora do Mestrado em Política Social da UCPEL - Universidade Católica de Pelotas. Professora Adjunta no Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria do Direito, Teoria Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Constitucional, Direito Ambiental, Direitos Humanos e Interculturalidade. É professora pesquisadora do CNPq e FAPERGS. Grupo de pesquisa: Direitos Humanos, Ambiente e Interculturalidade. É pesquisadora do GPAJU - Grupo de Pesquisa em Antropologia Jurídica da UFSC. Advogada e consultora Ambiental da Franco <Advogados-www.raquel.sparemberger@francoadv.com>. São Paulo, Porto Alegre e Pelotas. Membro da Advogados Sem Fronteira – Brasi. Última atualização do currículo em 07/05/2012. CV: <<http://lattes.cnpq.br/1275535624435246>>. *E-mail*: raquelberger@gmail.com.br.

Resumo

O presente trabalho aborda as relações de gênero, e a dinâmica de dominação que permeia a sociedade moderna, influenciada por um passado de excesso de tradições que determinavam a mulher como um corpo para servir e ser dominada. O foco principal do trabalho é analisar os

movimentos sociais feministas; por estarem colocando em prática e criando uma mentalidade Amazona, figura mitológica que deve ser retomada, como força motriz para esta luta, que é, sobretudo, de índole cultural e exerce forte influência sobre o espaço político e social; e ainda Ciborgue, tendo em vista trabalhar com a importância que exercem os fluxos globalizantes, tecnologia e mercado global sobre a manutenção cultural dominante. Pretende-se uma cultura de gênero das Amazonas Ciborgue, uma luta que não visa apenas a libertação da mulher, mas de todos os sujeitos sem espaço no mundo ocidental e capitalista. Trabalha-se, com metodologia eminentemente bibliográfica, a partir de um método crítico e hermenêutico reflexivo.

Palavras-chave: Dominação Patriarcal. Feminismo. Movimentos Sociais. Emancipação.

Abstract

This work addresses gender relations and the dynamics of domination that permeates modern society, influenced by a history of excess traditions that determined the woman as a body to serve and be dominated. The main focus of the work is to analyze the feminist social movements, because they are putting into practice and creating a mentality Amazon, mythological figure who should be resumed as a driving force for this fight, which is mainly for cultural and strongly influences political and social space, and still Cyborg, in order to work with the importance that play a globalizing flows, technology and global market on the dominant cultural maintenance. The aim is a gender culture of the Amazons Cyborg, a fight that is not only about women's liberation, but of all subjects with no space in the western world and capitalism. We work with highly methodology literature from a critical and reflexive hermeneutic method.

Keywords: Patriarchal Domination. Feminism. Social Movements. Emancipation.

Sumário: Introdução. 1. A Herança e Atualidade de Amélia: a mulher e o espaço privado. 2. O Desvelar da Amazona Ciborgue: a luta e os movimentos sociais. Considerações Finais. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a problemática de gênero na modernidade em sua fase contemporânea. Para isso, traz-se brevemente um resgate do legado histórico de dominação intrínseco ao paradigma de sociabilidade da modernidade

ocidental. Assim é influenciada por um passado de excesso de tradições que determinavam a mulher como um corpo para servir e ser dominada, um processo histórico de privações e submissão.

O foco principal do trabalho é analisar com os movimentos sociais, principalmente os movimentos feministas como face do potencial emancipatório que é forjado no seio da própria modernidade e contra as contradições que esta produz. Movimento ao qual se atribui a função de colocar em prática e criar uma mentalidade Amazona, figura mitológica que deve ser retomada, como força motriz para esta luta, que é, sobretudo, de índole cultural, que exerce forte e pesada influência sobre o espaço político e social.

E ainda Ciborgue, tendo em vista se trabalhar tendo claras as influências e importância que exerce os fluxos globalizantes, tecnologia e mercado global sobre a manutenção cultural dentro de um parâmetro seguro ao Estado Varão.

Desta forma, preconiza-se a criação de uma mentalidade aliando a força de uma figura da mitologia grega, reconhecida pela força e coragem, além de permeada pela ternura e a modernidade de uma criação humana que pode congrega os influxos de informações e intercâmbio de culturas, apta a entrar na luta contra o predador cultural/social, o homem, o Estado, a mentalidade, os hábitos culturais, uma sociabilidade calcada na dominação por gênero em uma sociedade varônica.

1. A HERANÇA E ATUALIDADE DE AMÉLIA¹ - A MULHER E O ESPAÇO PRIVADO

A dominação masculina vem sendo desempenhada desde tempos imemoráveis, sob o argumento de que seria resultado da natureza humana, ou da natureza da mulher e da cultura do homem, nascendo o mito cultural que a mulher é apenas uma extensão da natureza e o homem a expressão cultural, fazendo com que a nossa cultura seja, ainda hoje, predominantemente masculina e opressora

¹ Alusão à figura feminina que representa estes estereótipos atribuídos a mulher, figura utilizada na música “Ai que saudades de Amélia” de composição de Ataulfo Alves e Mário Lago.

desde que o homem conseguiu apreender os processos de manipulação/dominação da natureza.

Desde os tempos mais remotos, da sociedade constituída politicamente, as sociedades que pensam o político – na Grécia Antiga, a mulher já era subjugada e submissa ao homem, aos detentores do conhecimento e da política. Legado transmitido à civilização Romana, que por sua vez aprofundou essas desigualdades de gênero.

Não bastasse esta dominação ascendente, com a criação da instituição familiar como membro nuclear da sociedade política, tem-se o cerceamento da sexualidade feminina devido à necessidade econômica de apropriação e controle sobre a transmissão por herança dos bens de família, tendo em vista que esta (a mulher, esposa, mãe, obediente e submissa) estava relegada ao espaço privado, mais que isto, espaço doméstico, ao contrário do homem, que adquiriu um espaço público de privacidade, onde não é retirada a sua livre e espontânea atividade sexual e afetiva, demonstração de sua virilidade.

Com a cristianização do mundo romano tido como bárbaro acrescenta-se à posição da mulher como naturalmente submissa, o fator divino – extra-humano que requeria obediência e abnegação constantes, devido estarem diante da vigília permanente do senhor, todo poderoso – onipresente, onisciente e onipotente. O que confirmava e confinava as mulheres dentro do lar, cuidando dos filhos. Esta era a mulher normal e as que procuravam mudar esta lógica eram tidas como loucas, carecendo de purificação, tratamento e isolamento, quando não queimadas como bruxas.

Movimento no qual se produziu demonstração de poder e atribuição de dor ao prazer, a Cristandade, através do fenômeno da Santa Inquisição, dizimou predominantemente as mulheres, aprofundando, assim, ainda mais o repúdio à sua cultura, sua história, corrompendo seus valores e características, atributos e costumes, transformando-as em loucas, possuídas, bruxas (...); passando a gerir o verdadeiro demônio desestabilizador da sociabilidade humana, a evolução científico-produtiva capitalista que se desenvolve nos séculos porvir, tendo a mulher como seu antagônico e oponente, dentro de casa ou no fundo de um calabouço, simbolizada pela “maldita” Eva, das santas escrituras, que a todas condenou, eternamente.

O calabouço veio com a modernidade, sob a bandeira da democracia, disfarçado de igualdade de escolhas e oportunidades para todos. Potencializado pelo fenômeno, não novo, mas em ampla expansão, chamado globalização que extrapola os limites de possibilidades e oportunidades, de lucro, necessitando cada vez mais de demanda – de consumidores desta lógica, que não se trata apenas de consumo, para de uma ideologia de tudo ser quantificável; para alguns em cifras, ou em bolhas de champanhe ao final de cada ano; para outros em minutos, dias, anos [...] riscados e perdidos na parede suja de alguma cela.

O ponto convergente deste contrato social se deu com a *juridicização* da organização social, reflexo da concentração de poderes no ente público estatal. Neste sentido, as decisões são tomadas no espaço público, mas quando os anseios privados clamam serem *publicizados*, Bauman escreve:

[...] o aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva na medida em que as pontes entre a vida pública e privada são destruídas ou, para começar, nem foram construídas; ou, colocando de outra forma, uma vez que não há uma maneira óbvia e fácil de traduzir preocupações pessoais em questões públicas e, inversamente, de discernir e apontar o que é público nos problemas privados. (BAUMAN, 2000, p.10)

Pierre Bourdieu (2005) trabalha com o fato de que as atividades públicas de representação e tomada de decisões e onde são desenvolvidos e ostentados os bens simbólicos de cada indivíduo, o qual a mulher não alcança, onde não lhe é permitido alcançar, onde se dão as trocas de honra, e parte-se de um pressuposto, que isto só é possível entre iguais, ou seja, entre duas pessoas que possuam honra o que não é o caso da mulher, mero objeto da honra masculina.

Ademais, Jussara Reis Prá aclara, “[as mulheres] quando buscam espaços de poder no tradicional ‘mundo masculino’” (PRÁ, 2004, p. 45) sendo, via de regra, neles inseridos em conexão com o ‘mundo feminino’, o exercício de atividades relacionadas com saúde, educação, família; tornando a vida pública extensão da função maternal/doméstica, reforçando a clássica dicotomia que atrela as mulheres à esfera privada (reprodução), de afazeres domésticos e cuidado dos outros, e os homens à esfera pública (produção), da economia, da política, [...] das decisões.

Essa dicotomia é consequência lógica da sociedade em que vivemos, permeada de tradição. Como propõe Bauman “induz a crer que o passado amarra o

presente; prevê, no entanto, [e desencadeia] nossos esforços presentes e futuros de construção de um passado pelo qual precisamos ou queremos ser amarrados” (BAUMAN, 2000, p. 136). Como salienta Giddens, vivemos em uma sociedade pós-tradicional, mas não por viver em uma sociedade que superou ou escassa de tradições; mas, em uma sociedade referência de um excedente de tradições, com um excesso de leituras do passado competindo pela aceitação (GIDDENS *apud* BAUMAN, 2000).

Esta tradição ou excesso permeia o contrato social e o mundo público das decisões, ao mesmo tempo em que relega e delega à mulher ao/o espaço privado, doméstico, transformando-se em um contrato sexual, do qual a mulher não pode se furtar de cumprir, sob pena de carregar a culpa de impedir o crescimento societário, visto que estaria deixando de lado o núcleo celular desta sociedade, a família patriarcal. Como propõe Joaquín Herrera Flores:

[...] cómo consecuencia de esa ‘naturalización’ de valores masculinos y femeninos, el patriarcalismo ha inducido una construcción social del derecho y la política instituyendo dos situaciones: una visible, la llamada esfera de los iguales ante la ley y otra invisible, la de los y las diferente. (FLORES, 2005, p. 31)

Assim, o contrato social restringe a liberdade coletiva e proclama produzir a mesma liberdade, a segura e sistêmica liberdade individual-burguesa; contrariando esta ideia, Bauman propõe:

se a liberdade foi conquistada, como explicar que entre os louros da vitória não esteja a capacidade humana de imaginar um mundo melhor e de fazer algo para concretizá-lo? E que liberdade é essa que desestimula a imaginação e tolera a impotência das pessoas livres em questões que dizem respeito a todos? (BAUMAN, 2000, p. 9)

Ou como propõe Joan W. Scott para quem – a liberdade requer um ato de escolha, pelo qual algumas diferenças são minimizadas ou ignoradas enquanto que outras são maximizadas e postas a se desenvolver [...] desde quando é permitido abrir mão de seu sexo? (SCOTT, 2005, 15) – propõe a autora, visto a maximização das características que são utilizadas para a sua subordinação (da mulher) enquanto minimizados seus potenciais.

Situação e estágio de dominação simbólica, como coloca Bourdieu, “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas” (BOURDIEU, 2005, p.

7) inclusive afetando sua clientela masculina, os quais não podem fugir do papel opressor e opressivo, ou seja, virtuosidade que é imposto ao homem demonstrar, um papel preestabelecido independentemente de negação, aceitação, questionamento; “ele não pode agir de outro modo, sob pena de renegar-se” (BOURDIEU, 2005, p. 63).

Esta virilidade, ou modelo de ser masculino consiste na capacidade reprodutiva, sexual, também como aptidão para o combate, o exercício de violência, ser alheio ao próprio sofrimento e principalmente ao sofrimento dos outros. Acredita-se ser este o traço distintivo da virilidade, como bem simbólico, imposto à esfera masculina. Estes atributos refletem também no contrato social, reafirmando a sexualidade do contrato.

Com a manutenção destes discursos, se mantém identidades femininas e masculinas, diferentes e opostas, quando não complementares, fazendo com que as mulheres não possam pensar a si mesmas através da própria experiência, da própria história, as obriga a se medir com o homem, para encontrar a medida de si; permitindo com que os preconceitos permaneçam intactos e ao invés de ser o propiciador de soluções, retoma o persistente conflito.

A democracia tem como seu fundamento primordial a igualdade de todos perante a lei, após diversos aprimoramentos destas democracias, e também dos sistemas jurídicos, sociais e políticos, a democracia se reveste, ao menos, de certa igualdade formal. Esta igualdade formal é embasada por uma homogeneização cultural produzida pela globalização, que por sua vez impulsiona e potencializa os postulados teóricos democráticos de igualdade e liberdade. Desta forma a homogeneização produzida conduz a uma análise abstrata das relações sociais.

Um exemplo que deixa muito claro a falta de autonomia e liberdade é a compulsoriedade do dever-ser mãe, imposta culturalmente como condição para que a mulher possa, apenas por essa via, realizar-se como ‘ser’, socialmente aceita ou ainda, reproduzindo as expectativas naturalmente instituídas. Como bem apresenta Tânia Navarro Swain:

[...] em seu livro *As guerrilheiras*, vemos o assalto das mães, que tomam o lugar das Amazonas livres, alegres e independentes [...] instaurou o poderoso reino das mães, criando o mito da “mulher” e, ainda melhor, a “verdadeira mulher”. A mãe e a esposa, aquela que encarna a diferença, aquela que aceita a marca da especificidade, aquela que assume a

inferioridade e não existe senão para e pelo olhar do outro. (SWAIN, 2007, p. 95)

Assim, a modernidade delimita a identidade feminina entre dois polos antagônicos, as mulheres-mães, eternamente submissas, do lar, do pai, do Estado; e as 'amazonas-guerreiras', as mulheres combativas, conscientes da sua condição e honradas com sua sexualidade e independentes dos papéis sexualizantes "uma república de mulheres que viviam sozinhas, sem ter homens com elas" (SWAIN, 2007, p. 90).

Nesta esteira, a mulher crítica e reflexiva por muito tempo, e continua sendo, demonizada – qualidade esta atribuída e manipulada politicamente pela ciência. Desde então, estrutura-se a figura da mulher submissa a afeita apenas ao espaço doméstico, para o qual, seria necessária uma capacidade intelectual diminuída, bem como capacidades psicológicas compatíveis com seu papel de cuidado exclusivo da família, este é o reino da Amélia. Em suma, parir, criar e padecer.

É esta vedação à fala, à pergunta e a falta de respostas que em muito contribuem para o impedimento da democracia real (participativa), mantendo-se uma ficta-democracia representativa de uma cultura do macho. Neste contexto, as mulheres são apartadas dos principais núcleos políticos, na melhor das hipóteses, servem na manipulação de cargos, onde quem, de fato decide, até os dias de hoje, é a mesma estrutura patriarcal.

Essa desconsideração para com o sexo feminino é histórica como salienta Heleieth I. B. Saffioti: "quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história" (SAFFIOTI, 1987, p. 11). São as mulheres que carregam o maior peso da pobreza; e quando têm sua presença tolerada, pela modernidade no mercado de trabalho, continuam responsáveis pelo ambiente doméstico.

Assim, tem-se a intolerância mascarada de tolerância com o claro propósito de mais uma vez ressaltar a superioridade masculina, quem tolera não aceita, nem respeita o valor do outro, é sim 'generoso' para com suas imperfeições, sutilmente reafirmando sua inferioridade. A mudança nas relações domésticas foi no sentido de ajudar a dividir as despesas do lar, as mulheres aos poucos passavam à vida pública, mal remunerada e explorada, porém, sempre com a submissão no âmbito

privado em relação ao macho dominante, ou seja, dupla submissão; ou ainda, quando as diferenciações que são constituídas socialmente outorgando o espaço público e da produção para o homem, ao passo que relega o cuidado e a reprodução à mulher, como conclui Jussara Reis Prá “enquanto o primeiro leva à autonomia econômica e ao reconhecimento cidadão [espaço público], o segundo pode gerar situações de dependência e cidadanias delegadas, de segunda ordem [espaço privado]” (PRÁ, 2004, p. 47).

O que hoje se absorve como natural, é fruto da carga de opressão sofrida pela mulher ao longo da história, que, conforme a cultura é mutilada, censurada e subjugada. É esta a cultura que envia e mantém a Amélia na cozinha, a bruxa na fogueira, a louca na prisão e a puta no caixão, todas em seus devidos lugares e com as suas pestes.

Neste cenário de dominação por gênero, impõe-se abordar, sim, uma alternativa, a proposição de uma dinâmica relacional que não aceite as perversidades desta modernidade varônica. As ‘amazonas ciborgue’ são mulheres que não se enquadram no mapa cognitivo da modernidade patriarcal e são as responsáveis pela sua parcela de construção de um novo paradigma cultural e societário permeado de alteridade e reflexão.

2. O DESVELAR DA AMAZONA CIBORGUE – A LUTA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Antes de adentrar no paradigma da Amazona Ciborgue, impende destacar o motivo desta junção humano-cibernética.

Começa-se pelo ciborgue, metáfora utilizada de forma ímpar por Donna Haraway, cujos conceitos e definições são adotados para este trabalho. O ciborgue, a mulher, uma cultura tensa, no sentido da inquietude deste espírito e da intensidade de suas emoções. Como define a própria autora:

Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo [...] a libertação depende da construção da consciência da opressão,

depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade. (HARAWAY, 2000, p. 40)

Assim, este corpo/mecanismo ciborgue é permeado de subjetivação e de historicidade, ao mesmo tempo em que é um aglutinador de fluxos culturais e outras experiências, o que faz dele um oponente forte o bastante para combater a cultura patriarcal da dominação que se encontra profundamente inserida nos dominadores e nos próprios dominados.

Ainda, a partir de leitura de Alain Touraine foi permitida a reflexão, proposta pelo autor, acerca da construção de cada indivíduo, de cada sujeito como sendo uma tarefa desenvolvida/permitida a partir de atos de contestação, de resistência. Nas suas palavras:

Não há sujeito senão rebelde, dividido entre a raiva contra o que ele sofre e a esperança da existência livre, da construção de si mesmo – que é sua preocupação constante [...] só nos tornamos plenamente sujeitos quando aceitamos como nosso ideal reconhecer-nos – e fazer-nos reconhecer enquanto indivíduos – como seres individuados, que defendem e constroem sua singularidade, e dando de nossos atos de resistência, um sentido à nossa existência. (TOURAINÉ, 2006, p. 115; 123)

Diante desta abordagem, se fez a relação com a figura da Amazona, acompanhada de sua sociabilidade, livre das determinações sexualizantes e eternamente lembrada como a figura da lutadora, que faz resistir a sua figura pública e privada, interpenetrando-as e resignificando tais campos de atuação.

Assim, surge esta junção, do passado e do futuro, apta a construir o paradigma do pós-feminismo, preparada para unir a tradição e a novidade, e assim, possibilitar a libertação de Amélia, através da metamorfose em Amazona Ciborgue.

Metáfora que simboliza um modelo de sociabilidade para a libertação não apenas de seus sujeitos femininos, mas de toda a sociedade – dominadores e dominados, violentadores e violentados, exploradores e explorados – das amarras culturais e da dominação sexual, racial e social. Em tal modelo societário se possibilita a cada indivíduo se conhecer, reconhecer, produzir e desenvolver a si mesmo.

A partir desta estratégia montada, não se despreza a modernidade, até porque seria infrutífero, tendo em vista o seu grau de desenvolvimento tecnológico, o qual é impossível desfazer. Desta feita, preconiza-se uma modernidade diferente, na

qual se faz uso dos mecanismos modernos e dos influxos comunicativos culturais como mola propulsora para a troca de experiências e para a subjetivação da dominação, para que esta possa ser sobrepujada, a partir do momento em que for apreendida, como propõe Haraway “a ciência e a tecnologia fornecem fontes renovadas de poder, que nós precisamos de fontes renovadas [e renováveis] de análise e de ação política” (HARAWAY, 2000, p. 74).

Esta modernidade, a qual diversos autores denominam das mais variadas formas, tais como pós-modernidade, modernidade reflexiva, contra-modernidade, globalização contra-hegemônica [...], e que aqui será denominada como pós-apocalíptico cultural da alteridade.

No sentido que se inaugura um paradigma da reflexão e produção de sujeitos conforme Ulrich Beck, de aceitação (e não tolerância) dos indivíduos, de multiculturalismos e cosmopolitismos no sentido de Boaventura Santos, permitindo aos seres fluírem, de acordo com Zygmunt Bauman. Assim, propõe Donna Haraway:

As dicotomias entre mente e corpo, animal, humano e máquina, público e privado, natureza e cultura, homens e mulheres, primitivo e civilizado estão, todas, ideologicamente em questão. A situação racial das mulheres é definida por sua integração/exploração em um sistema mundial de produção/reprodução e comunicação que se pode chamar de “informática da dominação”. A casa, o local de trabalho, o mercado, a arena pública, o próprio corpo, todos esses locais podem ser dispersos e entrar em relações de interface, sob formas quase infinitas e polimórficas, com grandes conseqüências para as mulheres e outros grupos [...] um dos caminhos importantes para se reconstruir a política feminista-socialista é por meio de uma teoria e de uma prática dirigida para as relações sociais da ciência e da tecnologia, incluindo, de forma crucial, os sistemas de mito e significado, que estruturam nossas imaginações. (HARAWAY, 2000, p. 69-70)

E é nesta esteira que se colocam os movimentos sociais, a partir desta concepção de sociabilidade que os movimentos contestadores sobre as relações de gênero, as desigualdades raciais, de categoria econômica e de trabalho, em prol do meio ambiente e uma economia/produção sustentável e tantos outros movimentos que vão surgindo paralelamente ao aumento de complexidade da sociedade de mercado moderna.

A modernidade foi construída de forma tão astuciosa, que com a sua dinâmica de fragmentação inviabilizou que um movimento ou uma categoria se internacionalizasse de forma a conturbar ou ameaçar a sua ordem das coisas.

No entanto, a mesma modernidade, globalizada, hoje permite que sejam criados os mais variados tipos de movimentos, representantes, cada qual, de diversas formas de submissão; e, assim, facilita o intercâmbio de informações e experiências. Transformando-se em uma grande rede de contestação, de construção e reconhecimento de sujeitos e de alteridades, e aí sim, fazer frente ao Império patriarcal, capitalista, depredador, racista e explorador. Nesta linha, coloca Alain Touraine, se referindo aos movimentos sociais:

[...] se a parte da sombra dos movimentos sociais é a sociedade, sua parte de luz é a modernidade. Eles se mantêm, com efeito, do lado da razão contra a arbitrariedade do poder, mas, sobretudo do lado dos direitos universais do indivíduo. Em todo o conflito e em todo movimento social pode-se ouvir o apelo à igualdade, à liberdade, à justiça e ao respeito de cada um [...] os que não esqueceram o sentido das palavras só empregam a expressão movimento social quando ela designa a ruptura ao mesmo tempo em que a afirmação da dignidade de si mesmo e a vontade de reapropriar-se [...]. (TOURAINÉ, 2006, p. 140)

Esta categoria que Herrera Flores coloca como Interculturalidade de Resistência, a partir dos espaços que Gramsci define como sendo as atuações dos indivíduos e dos grupos a partir de seus contextos. Redenominando como topografia social desde a inteligibilidade de cada espaço que pode ser localidade de dominação e albergar a faísca da revolução. Nas próprias palavras de Joaquín Herrera Flores:

Interessa-nos ressaltar que ambos os *espaços* são o produto de uma construção humana e que cada um parte de um sistema de objetos (valores, instituições...) e de ações (práticas sociais de adaptação ou repulsa) que estão em contínua tensão e dinamismo. *Mais que lugares são atitudes ante o sistema*. Em ambos os espaços se dão de globalidade que, por um lado, fortalecem a situação hegemônica ou, por outro, vão além do alcance do institucionalizado ao propor outro conjunto de regras e princípios. (FLORES, 2009, p. 82-83)

Assim, passa-se a abordagem e contribuição de Alain Touraine sobre o Estado como sendo o objeto e centro do Discurso Interpretativo Dominante (DID), onde o autor acentua a importância de uma crítica da crítica, ou uma esquerda da esquerda, como o próprio autor refere (2009). Dada a tendência de sedução da crítica (tradicional) ao discurso publicista estatal e sua dinâmica de controle e definição dos sentidos e da direção das mudanças. Nesta linha o autor frisa, “o discurso interpretativo dominante repousa sobre esta outra afirmação central: se a

sociedade está vazia, é porque ela depende do Estado e porque os atores sociais não tem qualquer peso diante da revolução necessária” (TOURAINÉ, 2009, p. 35).

Diante desta situação, Touraine afirma a importância da crítica da crítica, a fim de subverter esta ordem de coisas que se propõe como vazia e dependente (vitimada) e seduzida pela dinâmica de direitos, de igualdade e liberdade, assim como pela democracia burguesa e liberal. Para isso, traz para o centro de análise as forças críticas promovidas desde a base, que demonstram a existência, sim, de elementos, forças, discursos, potencialidade e lutas concretas em andamento (com maiores ou menores sucessos), na figura dos movimentos sociais, que estão por toda parte. A partir disto, é preciso romper materialmente e simbolicamente com o estatuto de vítima que tem sido difundido, e que faz dos cidadãos e das mulheres meros objetos e reféns da atuação estatal oficial e da promessa que carregam as garantias e os direitos².

Por isso, fazem-se referências aos movimentos sociais que vem obtendo êxito na função de descontentamento e contestação – de rebeldia – ao redor e no interior do mundo dominante, e fazer alguns apontamentos acerca destas práticas, envolvendo as mais variadas discussões de cunho político e social, privilegiando alguns movimentos emancipatórios, de base. Assim privilegiou-se pelas práticas que tem como objeto questões que se entende com sendo os nós centrais do paradigma de dominação contemporâneo.

Assim é a questão do regime de produção capitalista e as suas alternativas como economia solidária e dinâmicas de produção comunitária; também o paradigma monista de juridicidade oficial permanentemente em crise que atua como ferramenta legitimante na modernidade e as dinâmicas de Justiça Comunitária; e ainda a questão ambiental e sua degradação pelo *modus vivendi* de consumo massivo e as práticas sustentáveis e comprometidas/responsáveis. Todos os exemplos apresentados tem a figura da mulher como importante pilar, demonstrando que a figura da Amazona Ciborgue está presente na sociedade, mas a subjetivação ainda precisa avançar e se espalhar, ganhar as veias globalizadas.

² Direitos que se fazem material e procedimentalmente insuficientes, dada a inserção na cultura jurídica do discurso dominante do constitucionalismo positivista burguês, e a sina da incapacidade teórica promovida pela abstração e pela generalidade, e com isso a sua insuperável ineficácia procedimental.

A racionalidade de resistência, que perfaz o sangue ou os *bitz* que percorrem o corpo da amazona ciborgue volta sua lente e atuação para com diversas questões que envolvem a todos.

No primeiro caso, analisa-se a questão das alternativas a produção capitalista, incorporada pela denominação de economia solidária. Diante de uma das questões mais dramáticas da modernidade que é a relação trabalho, trabalhador e produção e as suas questões conexas que são a degradação ambiental, e a exclusão do mercado de trabalho por conta da tecnologia que permite a realização das mesmas atividades, ampliando a capacidade produtiva, com cada vez menos trabalho humano. Neste contexto que se faz de grande importância alguns exemplos de atividades e práticas alternativas de produção, inserção/inclusão social e ainda de proteção do meio ambiente.

Como é o caso dos recicladores de lixo na Colômbia (RODRIGUEZ, 2005). Atividade que começa ao final dos anos 80 em Bogotá e se expande para o resto do país propondo e produzindo um novo tratamento para os resíduos sólidos na sociedade do lixo descartável, a partir de gestão comunitária democrática e cidadã, produzindo inserção social e proteção do meio ambiente, ao passo que construindo alteridades produtivas e vidas dignas.

Outro exemplo de produção não capitalista é o caso de União Geral de Cooperativas em Moçambique, tendo começado em Maputo e se difundido como alternativa à exploração de um país que ingressa na modernidade como recém-saído de uma guerra civil que durou 20 anos (e que começou um ano após a independência), ou seja, um país severamente degradado pela guerra, cujo povo não tinha condições de ser jogado no redemoinho que a modernidade produz. Assim, as cooperativas agrícolas se fizeram como uma saída viável em termos de potencial de produção, de relação de produção a partir das dinâmicas cooperativas, permitindo um crescimento compartilhado e também de gestão do acesso a terra (SILVA, 2005). Nesta linha apresenta Teresa Cruz e Silva (2005, p. 431):

O balanço das suas atividades deve assim ser considerado positivo, e centrado quer na capacidade criada para que a mulher tomasse consciência de sua cidadania real, abrindo espaços quer para o seu acesso ao poder, quer na contribuição para mudança gradual das relações de gênero na família e na sociedade.

Traz-se ainda o caso da Justiça Comunitária, na Colômbia e no México; países com problemas muito semelhantes, fortemente marcados pela guerra civil informal de guerrilhas e confrontos constantes entre segurança pública oficial e grupos paramilitares vinculados ao tráfico de drogas. As discussões giram em torno do afastamento do Estado das necessidades sociais básicas e a legalidade paralela ditada por grupos armados, (...) territórios precariamente urbanos e altamente conflituosos (RODRIGUEZ, 2005).

Assim, vê-se que a Justiça Tradicional ou Oficial estatal não tem conseguido dar soluções hábeis a dirimir os conflitos em tempo razoável e de forma eficaz e satisfatória; surgindo, então, alternativas informais, consensuais, dialogais, a partir de princípios da discussão/proposta feminista, e da maneira feminina de lidar com situações limite, de conflito e tensão, um autêntico paradigma de pluralismo jurídico emancipatório (LEAL, MACHADO, 2011).

Ainda, e por fim, a preocupação e ativismo com as questões ambientais, intimamente ligados ao feminismo. No caso da Índia, país fortemente agrário, que com a abertura ao mercado mundial, se viu tomado pela dinâmica da produção de massa, e pela degradação do meio ambiente. Neste contexto, o ecofeminismo tem cumprido a função de questionar, lutar pelo meio ambiente e em refletir sobre formas alternativas de produção. A partir da ideia de autossustentabilidade, economia solidária, cooperativismo, preservação, respeito a si e às gerações futuras, aos povos e às espécies das mais variadas (BHOWMIK, 2005).

As práticas que surgem a partir do eco-feminismo tem tentado defender os grupos que dependem diretamente do meio ambiente (apesar de todos dependerem) só que os efeitos se fazem sentir de maneira diferente, em intensidades e tempos distintos. Já existindo grupos que sofrem com a falta de água potável, enquanto se está ameaçado pelo degelo das calotas polares; tantos milhões que não têm comida, ao passo que seus países são exportadores de grãos; assiste-se a notícias de extinção de espécies, e oferta de casacos de pele na tv ou internet; os móveis mais belos, caros e chiques, são produzidos a partir da madeira de árvores que pertenciam a reservas inteiramente desmatadas e nativas (...).

Nesta linha, percebe-se que as três categorias de lutas analisadas (ainda que brevemente) neste trabalho, tem como fio condutor as práticas alternativas ao núcleo central do discurso dominante – o Estado (TOURAINÉ, 2009). Ademais, além

de tais lutas terem como característica a permeabilidade e coextensão de reflexos. Ainda, percebe-se que a práticas contestadoras, tem surgido, em grande medida do Sul Global (representados pelo continente africano, asiático e latino americano) como metáfora representativa do sofrimento humano (SANTOS, 2000; 2006).

A questão das dinâmicas capitalistas de produção tem produzidos efeitos drásticos sobre a questão ambiental e sua intensa degradação (e tantas outras questões humanas) e ambas as situações, ainda que permeadas pelas garantias positivadas legadas pelo Constitucionalismo liberal burguês, não tem conseguido dar conta das demandas que são reais, e não passíveis de encerramento no paradigma de abstração dos conflitos e dos problemas gerados no seio do Império e das respostas (insuficientes e ineficientes) igualmente dadas no interior deste Império. Assim como os problemas são permeáveis entre si, as alternativas também o são, tendo em vista que as alternativas não se fazem como respostas tópicas para os casos isolados aos quais se direcionam, comunicando e estendendo seus efeitos e práticas a outras dinâmicas e lutas.

Percebe-se que a culturalidade, cognição e práticas feministas tem se apropriado e se identificado com os mais variados problemas da vida moderna e se engajado na luta. Tentando demonstrar que não existem campos e espaços para uns e outros, e se fazendo como uma constante práxis reflexiva plural, alternativa e acessível.

Assim é que para o presente trabalho analisou-se algumas práticas, privilegiando movimentos de base e comunitários de cunho emancipatório, demonstrando a possibilidade de se libertar do estatuto de vítima e tomar a dianteira da mudança social como protagonista e não como mero repositório das promessas estatais (e dominantes). Propugna-se pela resignificação da vida pública e política, tornando-a mais plural, democrática e pautada por relações horizontalizadas na constante, quotidiana e eterna busca e construção da democracia real. Neste sentido assevera Touraine (2009, p. 33):

Os atores, as ideias, as crenças, os conflitos e as inovações estão em toda parte. As mulheres não são apenas vítimas, como tantos autores gostariam de nos fazer crer; elas se afirmam, tem uma nova consciência delas mesmas, e até mesmo nos conduzem a todos, homens e mulheres, em direção a um novo universo cultural. As sociedades e culturas que tinham sido silenciadas e destruídas pela colonização aparecem e reivindicam que a história que as ignorou seja reescrita.

O movimento contra o Império é tão complexo, rico e variado como são os problemas gerados pelo próprio Império. Assim, o que se pretende demonstrar é que a modernidade acirrou as desigualdades, potencializou-as, mas mesmo assim, permite que seja criado em seu ventre, a possibilidade de mudança, e esta está sendo gerada no ventre da Amazona Ciborgue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, vale reafirmar a importância da tomada de consciência dos próprios dominados, a subjetivação da posição de dominado, é o aflorar da consciência insurgente, apta a gerar a revolta necessária para a ação libertadora. Nesta linha, necessário se faz um processo de tomada de consciência, mas não só, imbuído de uma práxis reflexiva – dotada de prática insurgente e tensionadora, que não se submeta aos espaços e papéis historicamente determinados e determinantes das gentes e, sobretudo, das mulheres; transformando-se assim, em um corpo incapaz da mera vida de adaptação, um corpo rebelde.

Assim, o exército das amazonas estará se fortalecendo, ganhando corpo e voz para que possa fazer frente ao Império Global no campo de batalha que é a modernidade, como mero momento histórico, tempo no qual ficará cravado o marco cultural da alteridade.

Para isto, a aliança entre o público e o privado, entre o animal e o cibernético, entre o passado e o futuro, a práxis e a reflexão serão fundamentais, tendo em vista se tratar de um inimigo onipotente (pois acha que tem todo o poder) onnipresente (pois graças ao seu processo de globalização, pode estar presente em todos os lugares, graças à subjetivação, em todos os corpos) e ainda onisciente (pois crê conhecer tudo, e saberes os quais não conhece, desconsidera ou devora).

Nesta batalha moderna em que ninguém morrerá, mas na qual, muitos certamente renascerão, o ciborgue cumpre uma função primordial, com os atributos que reúnem a insurgência e a coragem de um ente mitológico, e ainda com atributos produzidos a partir da própria modernidade e que podem ser utilizados contra o seu paradigma estruturante e estruturado de dominação, tais como a intensidade de

relações, a partir de um viés de respeito às diferenças e a alteridade individual e as práticas culturais multifacetadas; subvertendo a histórica e castradora divisão entre público e privado, refundando o espaço da *ágora* de diálogo entre estas duas instâncias e refundando a política com toda a sua força e vigor, assim como também seu potencial emancipatório fundado no encontro. E por fim, desta junção mitológico-cibernética, fundar corpos individuais e coletivos que produzam uma permeabilidade entre a cultura e a natureza, sem que haja o processo de sujeição de um ao outro.

Neste sentido, consoante se vá fortalecendo a consciência de dominado, explorado, vitimizado, subalternizado, marginalizado, se estará abrindo em frente os caminhos a serem trilhados, e nele será avistado uma legião de amazonas ciborgue. Exército que vai promover o apocalipse cultural da alteridade, do respeito à diferença, da livre busca pela dignidade humana.

Paradigma este, em que os direitos humanos, serão DIREITOS – pois terão possibilidade de existir no plano material, e serão HUMANOS, construídos pelos próprios destinatários, e não por entes despersonalizados; serão construídos em cada caso, a partir do diálogo, da compreensão, da especificidade de cada sujeito, povo, cultura, da necessidade individual de cada conflito e interesses conjugados.

Esta é a proposta do presente trabalho, a construção de sujeitos, proprietários, mas de si, da própria e livre identidade e apto a aceitar e respeitar as identidades e alteridades dos outros, constituindo e construindo uma verdadeira sociedade moderna complexa.

REFERÊNCIAS

ARTHUR, Maria José. Fantasmas que assombram os sindicatos: mulheres sindicalistas e as lutas pela afirmação dos seus direitos: Moçambique 1993-2000. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para Libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 381-424.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **A Sociedade Individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 369-400.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FLORES, Joaquín Herrera. De habitaciones propias y otros espacios negados: Una teoría crítica de las opresiones patriarcales. **Cuadernos Deusto de Derechos Humanos**. Bilbao, n. 33, 2005.

_____. **A (re)invenção dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Boiteux, 2009.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: **Antropologia ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-129.

KLUG, Heinz. Comunidade, propriedade e garantias na África do Sul rural: oportunidades emancipatórias ou estratégias de sobrevivência marginalizadas? *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 159-190.

LEAL, Jackson da Silva; MACHADO, Lucas Fagundes. Acesso à justiça: perspectivas críticas a partir da justiça comunitária andina. **Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Direito (CONPEDI)**. Belo Horizonte, 2011. p. 220-247.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

_____. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

PRÁ, Jussara Reis. Gênero, cidadania e participação na esfera pública. *In*: CARVALHO, M. J. S.; ROCHA, C. M. F. R. (Orgs.). **Produzindo Gênero**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 45-54.

RODRIGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 327-368.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A Crítica da Razão Indolente:** Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Operária têxtil, líder sindical de base e ativista dos direitos das mulheres trabalhadoras. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa. **As vozes do mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 517-578.

SCOTT, Joan W. O Enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, n. 13-1, p. 11-30, 2005.

SILVA, Teresa Cruz e. União Geral de Cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção? *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 401-434.

SWAIN, Tânia Navarro. Amazonas Brasileiras: impossível realidade? *In:* PADÊ. **Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos.** Brasília: UniCEUB, 2007. p. 81-95.

_____. Monique Wittig, adeus... até breve. *In:* CARVALHO, M. J. S.; ROCHA, C. M. F. R. (Orgs.). **Produzindo Gênero.** Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 95-100.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma:** para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Pensar Outramente:** o discurso interpretativo dominante. Petrópolis: Vozes, 2009.

ZORDAN, Paola B. M. B. Gomes. Bruxas: Figuras de Poder. **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis: UFSC, p. 331-341, maio/ago. 2005.

Recebido em: 22/11/2011

Pareceres emitidos em: 03/12/2011 e 07/12/2011

Aceito para a publicação em: 01/02/2012